

# **X ENCONTRO DA ABCP**

**Área Temática: Teoria Política**

## **CIRCULAÇÃO E TRADUÇÃO: PARA UMA HISTÓRIA GLOBAL DO PENSAMENTO POLÍTICO**

**Alvaro Bianchi**

Professor Livre-docente do Departamento de Ciência Política  
da Universidade Estadual de Campinas

Belo Horizonte, MG  
30 de agosto a 2 de setembro de 2016

## Circulação e tradução: para uma história global do pensamento político

Alvaro Bianchi (Universidade Estadual de Campinas )

**Resumo:** a historia do pensamento tem dado grande atenção para o processo de constituição de diferentes tradições nacionais de imaginar a política. Nesses estudos enfatiza-se aquilo que há de particular em diferentes contextos nacionais e a maneira como essa particularidade se expressa em maneiras de pensar a política que não podem ser encontradas em outros países. Este artigo reflete metodologicamente a respeito da internacionalização do pensamento político e os complexos problemas de migração de ideias e conceitos entre diferentes contextos nacionais. Para tal serão comparadas duas metáforas que procuraram lidar com processos de transmigração de ideias: a) a abordagem da circulação das ideias; b) a abordagem da tradução ou da tradutibilidade. A hipótese que organiza este artigo é a de que enquanto a metáfora da circulação concentra-se nos processos de troca de ideias, a metáfora da tradução permite pensar os processos de produção dessas ideias.

### I

As pesquisas sobre a história do pensamento político, em particular em nosso espaço latino-americano, enfatizaram preponderantemente os processos de constituição e afirmação de diferentes tradições nacionais de imaginar a política. No Brasil, a partir do final dos anos 1960, constituiu-se um novo campo disciplinar que assumiu como objeto de investigação um pensamento político, ou político-social, propriamente brasileiro e cujo desenvolvimento atesta a importância que adquiriu a identificação de um certo caráter nacional das ideias (cf. p. ex. LYNCH, 2016). Esse desenvolvimento é análogo ao de outros continentes, nos quais se fala com desenvoltura de um *American Political Thought*, de *dottrine politiche in Italia*, das *idées politiques en France*, de *politisches Denken in Deutschland*.

Nas últimas décadas, entretanto, uma atenção cada vez maior passou a ser dada aos processos de transposição de ideias políticas de um contexto nacional para outro. Embora as pesquisas empíricas tenham feito importantes avanços em direção a uma história global do pensamento político, ou ao menos de uma história transatlântica, esses estudos carecem, muitas vezes de uma abordagem teórica mais rigorosa, que permita apreender a complexidade desses processos. O presente ensaio, de caráter ainda exploratório, procura identificar, apresentar e comparar duas metáforas frequentemente utilizadas nesses estudos: a metáfora da circulação e a metáfora da tradução. A hipótese que organiza este artigo é a de que enquanto a metáfora da circulação concentra-se nos processos de troca de ideias, a metáfora da tradução permite pensar os processos de produção dessas ideias e assim tratar de maneira mais complexa a formação de tradições nacionais do pensamento político.

## II

Uma primeira metáfora à qual é possível recorrer para explicar os processos de transferência ou migração de ideias de um contexto para outro é a da circulação. Carlo Ginzburg fez uso dessa metáfora para estudar o processo de transposição de ideias em *O queijo e os vermes* (GINZBURG, 2006 [1976]). O argumento é muito conhecido, por isso aqui só será retomado sumariamente e para fins muito particulares. Trata-se de um estudo sobre “atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico” (GINZBURG, 2006 [1976], p. 3). Seu autor rejeitava tanto a ideia de que a cultura fosse produzida exclusivamente pelas classes superiores e difundida mecanicamente às subalternas; quanto aquela que atribuía à cultura popular um caráter original e autônomo. Para superar as visões dicotômicas que contrapunham

a cultura das classes subalternas à cultura das classes superiores, afirmando ora a primazia de uma ora a de outra, Ginzburg recorreu a Mikhail Bakhtin (1968) o qual encontrara em Rabelais uma cultura popular que, por meio da “exaltação da fertilidade e da abundância, a inversão brincalhona de todos os valores e hierarquias constituídas, o sentido cósmico do fluir destruidor e regenerador do tempo”, se colocava contra o dogmatismo e a seriedade “da cultura das classes dominantes”, principalmente na Idade Média (GINZBURG, 2006 [1976], p. 4).

Embora instigante, o estudo de Bakhtin tornava explícito um problema de ordem metodológica. A cultura dos camponeses e artesãos se dava a conhecer por meio da alta cultura, com a necessária mediação de Rabelais. Este não é um problema menor e expressa uma relação de forças que apaga as vozes subalternas impedindo ao pesquisador acessá-las diretamente. Os registros da cultura oral do medievo se perderam em sua maior parte, ou permanecem ainda de difícil acesso. A reconstrução do processo inquisitorial ao qual fora submetido o moleiro Domenico Scandella, dito Menocchio, nascido em 1532 e executado em 1601, por ordem do Santo Ofício, permitiu a Ginzburg, entretanto, acessar a cultura das classes subalternas sem a mediação da alta cultura.

Acusado de heresia, o moleiro friuliano sabia ler e escrever. Deixou cartas e minucioso depoimento transcrito nos autos do processo, nos quais expôs suas crenças perante o tribunal. O caráter ambíguo de Menocchio, o qual devido a suas aptidões se colocava na transição entre diferentes formas culturais, tornava-o um caso exemplar. A invenção da imprensa permitiu ao moleiro acessar a palavra escrita ao preço de “dois soldos”. Mas a palavra não lhe chegava pronta e imutável. Um primeiro filtro era imposto por aquilo que Menocchio escolhia ler ou que podia ler porque era ao que tinha acesso. Outros diziam respeito à maneira como lia ou interpretava aquilo que lia a partir de parâmetros externos às obras em questão.

Uma das principais fontes de suas ideias foi o *Fioretto dela Bibbia*, um compêndio mal arranjado que reunia Evangelhos apócrifos, o *Chronicum* de Isidoro e o *Elucidarium* de Honório d'Antum. Foi nesse livro que o moleiro encontrou palavras como “substância” e “matéria” e expressões como “vontade, intelecto e memória”, que utilizou durante seu interrogatório e foi também nesse livro que aprendeu o método de exposição dos escolásticos, o qual procedia por meio da “enunciação e subsequente refutação de opiniões errôneas” (GINZBURG, 2006 [1976], p. 105-106). Leu também, além da Bíblia em língua vulgar, *Il cavallier Zuanne de Mandavilla*, um livro de viagens de autoria de certo John de Mandeville, por meio do qual tomou conhecimento de outras culturas existentes ou imaginadas; uma edição não censurada do *Decameron* de Boccacio e outras obras, a maioria religiosas, num total de onze livros.

Mas mesmo estas obras foram lidas por Menocchio a partir de uma chave oculta, elaborada provavelmente a partir de contatos pessoais com círculos heréticos e a vivência da cultura popular de sua região. O resultado desse encontro entre a palavra escrita e a cultura popular oral foi uma composição de elementos heterogêneos, que recebiam novos significados no interior de seu discurso: “Empregando uma terminologia embebida de cristianismo, neoplatonismo e filosofia escolástica, Menocchio procurava exprimir o materialismo elementar, instintivo, de gerações e gerações de camponeses” (GINZBURG, 2006 [1976], p. 107).

Se essa transposição era possível é porque entre as tendências da cultura camponesa e aquelas da alta cultura quinhentista existiam “analogias surpreendentes”. A transposição não era exclusivamente descendente. Era também ascendente. Rabelais, assim como o pintor flamengo Pieter Bruegel não eram exceções e sim expressão das “raízes populares de grande parte da alta cultura europeia medieval e pós-medieval” (GINZBURG, 2006 [1976], p. 189). Segundo

Ginzburg, no período subsequente essas transposições teriam diminuído e uma distância cada vez maior entre a alta cultura e a cultura popular teria sido criada. Um processo que culminou com a guerra camponesa na Alemanha levou as classes dominantes a procurarem recuperar o controle sobre as massas populares e a realizarem “um renovado esforço de obter hegemonia” (GINZBURG, 2006 [1976], 190).

Ginzburg concluiu afirmando que o caso de Menocchio se insere em um quadro de “repressão e extinção da cultura popular” (GINZBURG, 2006 [1976], p. 190). Mas a afirmação é exagerada. Embora seja evidente a tentativa de reprimir e extinguir a cultura das classes subalternas na era moderna, também é evidente que essa tentativa não foi bem sucedida, como já haviam demonstrado os estudos de E. P. Thompson (1963) Raymond Williams (1973). Os processos de circulação de ideias entre a alta cultura e a cultura popular continuaram existindo e ganharam novas formas nos séculos que se seguiram.

As noções de circularidade e circulação apresentadas por Ginzburg foram utilizadas de maneira circunscrita para a descrição de “relações e migrações culturais” verticais, aquelas que se manifestavam entre a alta cultura quinhentista e a cultura popular. Pode-se afirmar que, nesse sentido, não escapou daquela concepção verticalista já presente em Bakhtin. Mas a própria pesquisa de Ginzburg permite pensar relações horizontais de troca cultural que se verificariam entre diferentes contextos geográficos. É o caso de certas influências do islamismo perceptíveis no discurso de Menocchio, as quais podem ter tido como fontes o livro de Mandeville ou até mesmo de uma versão italiano do *Alcorão*, que segundo uma testemunha o moleiro possuía (cf. GINZBURG, 2006 [1976], p. 64 e 84). Ou mesmo da assombrosa semelhança existente entre a cosmogonia de Menocchio, segundo a qual no início tudo era o caos de cujo movimento se formou uma massa e dela surgiram os anjos, do mesmo jeito que o queijo é feito do leite e dele surgem os

vermes, e antiquíssimos mitos indianos, um dos quais presente já nos *Veda* (GINZBURG, 2006 [1976], p. 103). Ou, ainda, da circulação das utopias, as quais a partir da literatura dos viajantes reelaboraram o conceito de “novo mundo” deslocando-o de uma contexto literário geográfico para um contexto literário político-social (cf. GINZBURG, 2006 [1976], p. 133-139).

Mas Ginzburg parece não se preocupar nesse livro com a dimensão geográfica das trocas culturais e não dá muita atenção à possibilidade de que sua noção de circularidade pudesse explicar também esses processos. Foi na historiografia que se dedicou às trocas culturais entre império e colônias que a noção de circulação de ideias ou saberes adquiriu uma dimensão espacial e passou a ser utilizada de maneira mais consistente. Essa historiografia enfrentou as visões tradicionais, segundo as quais a ciência era um produto da civilização ocidental e chegava às colônias por meio de um processo de difusão. Mesmo quando essa visão tradicional atribuía uma importância ao mundo colonial este não passava de um lugar no qual clérigos, doutos ou naturalistas recolhiam informações e objetos. O que a historiografia mais recente fez foi considerar de maneira integrada e multidirecional os processos de coleta, produção e difusão do conhecimento, concebendo o processo de circulação de saberes de maneira mais complexa como o próprio locus do conhecimento e momento da emergência de uma “ordem mundial de conhecimento” (RAJ, 2007, p. 13).

A influência de Michel Foucault nessas pesquisas é perceptível, principalmente naquelas que se inserem no âmbito dos estudos pós-coloniais. No primeiro volume de sua *História da sexualidade* a metáfora da circulação aparece explicitamente associada “às produções de saber (as quais, frequentemente, fazem circular erros ou desconhecimentos sistemáticos)” (FOUCAULT, 2015 [1976], p. 18). Aqui a circulação é um daqueles acontecimentos políticos que chamaram a atenção do filósofo francês, um evento por meio do qual o poder é vinculado e

orientado. Mas essa instigante associação entre os processos de produção e circulação do conhecimento não foi tematizada de maneira teoricamente rigorosa nem explorada empiricamente de modo sistemático.

A metáfora mercantil revela suas dificuldades neste ponto. Mesmo quando a circulação é percebida como o lugar no qual o conhecimento é adquirido e aquilo que permite que ele se torne ou não efetivo, ela aparece como um processo separado da produção. Esse problema já se encontra presente na obra de Ginzburg. Menocchio não recebia passivamente a alta cultura por meio dos livros, ele com “inconsciente desenvoltura servia-se de vestígios de pensamento alheios como de pedras e tijolos” (GINZBURG, 2006 [1976], p. 107). Quando a distância entre aquilo que lia e sua experiência era maior a ponto do texto parecer-lhe indecifrável, projetava “sobre suas páginas pensamentos e fantasias” dos quais era possível encontrar apenas vestígios (GINZBURG, 2006 [1976], p. 166). Menocchio, além de trocar, também participava do processo de produção de uma cultura.

O próprio Ginzburg esboça uma outra metáfora para dar conta desse processo que não é só de troca, difusão, transferência ou apropriação de artefatos culturais produzidos em outros contextos. É a metáfora da tradução. Referindo-se mais uma vez àquela projeção na página impressa dos elementos provenientes da tradição oral, uma tradição na qual estava baseada uma religiosidade camponesa “intolerante quanto aos dogmas e cerimônias, ligada aos ciclos da natureza, fundamentalmente pré-cristã”, Ginzburg afirmou que esta “não ignorava os dogmas do cristianismo: simplesmente os traduzia em imagens que correspondiam à sua realidade, às suas aspirações e fantasias” (GINZBURG, 2006 [1976], p. 171).

### III



A metáfora da tradução não era, entretanto, uma novidade. Ela é de uso corrente, por exemplo, na antropologia cultural que a utilizou para investigar os complexos processos de intercâmbios entre culturas, como no conhecido relato de Laura Bohannan contando a história de *Hamlet* em um tribo da África ocidental e negociando com seus ouvintes de modo que a narrativa pudesse ser compreendida (BOHANNAN, 2015 [1966]). Como fica claro nesse relato a tradução nunca é uma simples transferência nem um consumo passivo de informações produzidas em outro contexto. Implica sempre em uma negociação entre diferentes culturas, um processo no qual o resultado não está necessariamente previsto no original.

Essa noção de tradução cultural recebeu recentemente atenção por parte da história cultural, a qual passou a dar uma importância cada vez maior “à adaptação de ideias e textos conforme eles passam de uma língua para outra” (BURKE; HSIA, 2009, p. 9). Uma história das traduções permitiria compreender as diferentes estratégias de “negociação” entre as culturas. A escolha daquilo que é traduzido revela muito da cultura que acolhe a obra. As traduções podem ser utilizadas estrategicamente para “preencher lacunas na cultura hospedeira”, mas também podem ter a função de sustentar “ideias, premissas ou preconceitos já presentes nela” (BURKE, 2009, p. 27). As táticas de tradução, por sua vez, podem enfatizar, como na cultura medieval, a tradução “palavra por palavra”, a qual pode ter como um de seus efeitos a introdução de novos vocábulos na cultura receptora; ou, como na cultura pós-medieval, a tradução sentido por sentido, a qual acaba por domesticar o texto estrangeiro, assimilando-o à cultura receptora (BURKE, 2009, p. 33-34).

Tais estratégias e táticas evidenciam que o processo de tradução de textos é, também, um processo de tradução de ideias de uma cultura em outra. Os novos estudos de tradução (*translation studies*) têm enfatizado o caráter histórico desse processo e desconstruído o próprio objeto da tradução. Tais estudos passaram a

manifestar uma preocupação cada vez maior com aquelas situações nas quais não há um texto-fonte nem um texto final fixo, ou seja, no qual o foco está nos processos culturais mais do que nos produtos (PYM, 2010, p. 114). Aqui a metáfora da tradução revela seu potencial: ela permite apreender a produção de novos significados que têm lugar durante o complexo processo de emissão e recepção cultural.

A metáfora pode ser melhor explorada quando se considera que os textos são ações e eventos que tem lugar em certos contextos linguísticos particulares, os quais oferecem oportunidades mas também impõem constrangimentos àquilo que os autores podem dizer ou fazer por meio de seus textos (POCOCK, 2009 [1987], p. 111). Este é um dos postulados básicos da chamada Escola de Cambridge, da qual Quentin Skinner e J. G. A. Pocock e aparecem como seus expoentes. Embora não seja necessário aceitar todos os demais postulados dessa escola, a ideia de que os autores dizem e fazem coisas em contextos linguísticos pode ser considerada válida ou ao menos útil para o desenvolvimento da metáfora da tradução

A língua natural fornece um primeiro contexto a partir do qual o autor utiliza os conceitos e o vocabulário utilizado para expressar suas ideias. No debate que se seguiu a publicação do ensaio “Meaning and understanding in the history of ideas” por Quentin Skinner (1969), alguns filósofos afirmaram que sem “emparelhar” os termos utilizados por autores estrangeiros ou em épocas passadas com nossa própria língua, não seria possível nem traduzir suas afirmações, nem identificar suas crenças. A tradução seria, desse modo, uma maneira de tornar as ideias originais inteligíveis em um contexto diferente daquele na qual foram produzidas (TURNER, 1983, p. 285). Skinner reagiu a essas observações afirmando que estava preocupado em identificar diferentes estilos de pensamento e que para tal não era necessário “traduzir esses estilos para outros mais familiares”. Desse modo, o objetivo do historiador deveria ser “recuperar os conceitos que os antigos

utilizaram, as distinções que fizeram e as cadeiras de raciocínio que seguiram em sua tentativa de dar sentido a seu mundo” (SKINNER, 2002b, p. 47).

Skinner estava preocupado em defender seu método e em afirmar a importância de evitar que a explicação de um conceito fosse confundida com a tradução deste em um conceito análogo. A tradução aparecia, então como um problema a ser evitado e não como uma metáfora útil para o processo de produção de significados. Mais tarde, suas pesquisas sobre o uso de argumentos neo-romanos para justificar a defesa da liberdade contra o poder absoluto da coroa durante a guerra civil inglesa o levaram a valorizar as traduções das obras de Cícero, Salústio e Tácito no final do século XVI e início do XVII (SKINNER, 2002c, p. 313-314). Também suas pesquisas sobre Hobbes, o qual foi também prolífico tradutor, fizeram com que destacasse enormemente a importância destas para os *studia humanitatis* e para a própria formação do autor do *Leviathan* (SKINNER, 2002a, p. 38-65; 2010 [2008], cap. 1), bem como chamasse atenção para o papel desempenhado pelas versões ao francês das obras do próprio Hobbes na difusão de suas ideias no continente (SKINNER, 2002a, p. 308-323). Mas Skinner se demonstrou muito mais preocupado com os efeitos dessas traduções do que com o processo de produção de significados por meio delas. Sua perspectiva encontra-se, assim, muito mais próxima de uma metáfora da circulação do que de uma metáfora da tradução.

Os limites da abordagem skinneriana encontram uma possível solução nas pesquisas de J. G. A. Pocock. A ênfase que este último autor colocou nas linguagens da política levou-o a enfatizar não apenas os problemas existentes na translação de uma língua natural para outra como também o modo como uma linguagem política poderia ser traduzida. Para Pocock os textos também são eventos e fazem história, seja porque 1) os textos agem sobre a própria linguagem, “informando, injetando novas palavras, fatos percepções e regras do jogo” e desse

modo mudando “gradual ou catastróficamente” a matriz linguística; seja porque 2) os textos são lidos e sobrevivem aos próprios autores e nesse processo de leitura ganham significados que não se encontravam presentes na intenção do autor (POCOCK, 2009 [1987], p. 114). É nesta segunda modalidade de ação que a metáfora da tradução foi mobilizada.

De acordo com Pocock, pode ser dito que a “leitura é um ato de tradução: eu traduzo sua mensagem em minha compreensão dela” (POCOCK, 2009 [1987], p. 115). Todo ato de leitura implica em uma transposição de um sistema cognitivo pessoal, aquele do autor, para outro, o do leitor. É nesse sentido, que é possível afirmar que ler é também traduzir. Há, entretanto, diferentes maneiras de ler. Um leitor pode não compartilhar com o autor sua concepção de mundo ou mesmo suas intenções e ainda assim a leitura pode ser feita sem que a linguagem utilizada sofra modificações. Talvez aqui faça mais sentido a metáfora da circulação, a qual pode implicar o simples consumo do texto, sem que no processo seu próprio sentido seja alterado. Mas pode ocorrer que a leitura implique na tradução do texto em uma linguagem diferente daquela na qual ele foi produzido, neste caso novos significados são atribuídos ao texto e, em última instância, o que se tem é a produção de um novo texto.

Tome-se um exemplo apresentado pelo próprio Pocock. Em seu *The Machiavellian moment*, o autor mostrou que durante a guerra civil na Inglaterra as pessoas lidavam com o problema da sequência de eventos em um tempo secular recorrendo a três “idiomas” diferentes, os quais “providenciavam os vocabulários disponíveis para guiar o intelecto através dos perigosos caminhos da existência histórica”. Estes “idiomas” ou paradigmas eram os do “costume, da graça e da virtude” (POCOCK, 2003 [1975], p. 401). Embora coexistissem esses idiomas não eram perfeitamente traduzíveis entre si. Sir Edward Coke viu-se na situação de ter que explicar a James I que o estudo da *common law* não poderia ser levado a cabo

como um processo escolástico de dedução racional e esta só poderia ser aprendida por meio de um demorado estudo dos registros históricos e do trabalho nos tribunais (ver, p. ex. POCOCK, 2003 [1975], p. 17; 2009 [1987], p. 115)

Haveria casos, entretanto, no entanto nos quais a tradução seria possível. Pocock mostrou, por exemplo, como a linguagem retórica e humanista cuja noção fundamental era a da *virtù*, pôde ser traduzida, pelos jesuítas, na linguagem escolástica e jurídica, cuja noção principal era a de *direito*. Embora o significados de *virtù* e direito não pudessem ser traduzidos um no outro, os jesuítas foram capazes de traduzir Machiavelli no idioma da lei natural, o qual se encontra assentado na ideia de *recta ratio*. Uma vez que o idioma da lei natural era preponderante no tempo de Machiavelli e dos jesuítas, estes puderam criar novos sentidos e atribuir aos textos do florentino uma nova força ilocucionária, embora não fosse possível atribuir-lhe a intenção de performar essa ilocução. O texto era assim, transformado por meio da tradução, colocando novos problemas para o historiador (POCOCK, 2009 [1987], p. 115-116).

Mas o caso de Machiavelli e dos jesuítas não esgota todas as possibilidades para o uso da metáfora da tradução. De acordo com Pocock, os atos de tradução mais interessantes para o historiador são aqueles que ocorrem em uma dimensão diacrônica, ou seja, aqueles que são levados a cabo por leitores que vivem em outros tempos históricos, nos quais aquelas matrizes, idiomas e linguagens nos quais foram originalmente concebidos certos textos não existem mais ou foram profundamente modificadas. Lidos em um novo contexto linguístico, aqueles textos podem dar origem a novas matrizes de ação e pensamento, as quais não estão mais limitadas à performance daquelas ilocuições originais.

A tradução diacrônica permitiria a constituição de tradições de interpretação por meio das quais certos textos passam por uma sucessão de diferentes contextos “que modificam as ações performadas com eles mas que eles

continuam a modificar por meio de sua capacidade de agir, em si, como matrizes para a ação” (POCOCK, 2009 [1987], p. 116). Pocock acrescenta aqui uma nova dimensão à metáfora da tradução ao lado daquela dimensão espacial que já havia sido vista na análise da metáfora da circulação. Trata-se de uma dimensão propriamente temporal, a qual é obviamente de enorme relevância para uma história do pensamento político. A metáfora da tradução pode, assim, permitir uma abordagem diacrônica do estudo das ideias políticas.

#### IV

As metáforas da circulação e da tradução podem fornecer importantes instrumentos para estudar os processos de internacionalização do pensamento político, ou seja, de constituição de uma imaginação política que transcende os contextos nacionais e se afirma internacionalmente ou mesmo globalmente sem, entretanto, suprimir as particularidades nacionais. Próprios de uma era na qual a produção e circulação de bens culturais deslocalizou-se encontrando seu lugar em um contexto global, esses processos se intensificaram à medida em que o mercado mundial de ideias tornava-se, ao mesmo tempo, mais extenso e mais denso.

Circulação e tradução expressam processos diferentes e nada impede que sejam utilizadas de modo complementar. A metáfora da circulação enfatiza os processos de troca de bens culturais, destaca a dimensão espacial desses processos e promove uma abordagem que tende a ser sincrônica. A metáfora da produção, por sua vez, coloca sua ênfase na produção de novos significados, sublinha concomitantemente as dimensões espacial e temporal e adota tendencialmente uma perspectiva diacrônica. Circulação e tradução de ideias expressam relações de forças, hierarquias mutantes que se afirmam de maneira diversa em diferentes épocas. São essas relações de forças que determinam o que pode e o que não pode

circular, o que deve e o que não deve ser traduzido, a direção na qual esses processos ocorrem. E são elas, também, que determinam as formas que esses eles assumem.

Nas abordagens aqui tratadas, a metáfora da circulação conseguiu expressar essas relações de forças que produzem hierarquias, subjugando ideias e saberes a sistemas conceituais dominantes. A circulação implica, como percebeu Ginzburg, um renovado esforço de reprodução de uma hegemonia já existente. A metáfora da tradução, entretanto, adota perspectivas mais amplas e aborda problemas mais complexos que aqueles da troca cultural. Os processos aos quais ela está atenta são aqueles de produção de novas hegemonias. Uma articulação mais consistente entre os processos de produção e troca das ideias políticas no interior de uma teoria da hegemonia pode ser o caminho para a construção de instrumentos eficazes para uma história global do pensamento político.

### **Referências bibliográficas**

BAKHTIN, Mikhail. **Rabelais and his world**. Cambridge, Mass.: M.I.T. Press, 1968.

BOHANNAN, Laura. Shakespeare in the bush. In: MCCURDY, David W.; SHANDY, Dianna J., *et al.* **Conformity and conflict: readings in cultural anthropology**. 14 ed. Boston: Pearson, 2015 [1966]. p. 41-48.

BURKE, Peter. Culturas da tradução nos primórdios da Europa Moderna. In: BURKE, Peter; HSIA, R. Po-chia. **A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 13-46.

BURKE, Peter; HSIA, R. Po-chia. Introdução. In: BURKE, Peter; HSIA, R. Po-chia. **A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 8-10.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015 [1976].

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1976].

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 75-119, 2016.

POCOCK, J. G. A. **The Machiavellian moment : Florentine political thought and the Atlantic republican tradition**. 2nd pbk. ed / with a new afterword by the author. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2003 [1975].

\_\_\_\_\_. Texts as events: reflections on the history of political thought. In. **Political thought and history: essays in theory and method**. Cambridge: Cambridge University, 2009 [1987]. p. 106-119.

PYM, Anthony. **Exploring translation theories**. London; New York: Routledge, 2010.

RAJ, Kapil. **Relocating modern science : circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe (1650-1900)**. Houndsmills; New York: Palgrave Macmillan, 2007.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. **History and Theory**, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

\_\_\_\_\_. **Visions of politics: Hobbes and Civil Society**. Cambridge: Cambridge University, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Visions of politics: Regarding method**. Cambridge: Cambridge University, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Visions of politics: Renaissance virtues**. Cambridge: Cambridge University, 2002c.

\_\_\_\_\_. **Hobbes e a liberdade republicana**. São Paulo: Unesp, 2010 [2008].



THOMPSON, E. P. **The making of the English working class / by E.P. Thompson.** New York: Vintage Books, 1963.

TURNER, Stephen. "Contextualism" and the interpretation of the classical sociological texts. **Knowledge and Society**, v. 4, p. 273-291, 1983.

WILLIAMS, Raymond. **The country and the city.** New York: Oxford University Press, 1973.